

# **Habitação Proletária no Nordeste do Brasil: A ação do Estado e Privada nas décadas de 1930 e 1940**

Telma de Barros Correia (EESC-USP)  
Caliane Christie Oliveira de Almeida (EESC-USP)

## **1. Introdução**

A partir de meados do século XIX, na visão de setores letrados da população, as condições de habitabilidade das moradias pobres passaram a se chocar com conceitos de higiene, de ordem, de moralidade e de economia. A habitação do pobre passou então, a se configurar para estes indivíduos como um problema. As reformas nas moradias e nas cidades defendidas e solicitadas pelas elites, essencialmente nas grandes cidades do país, envolveram desde intervenções em casas existentes, até a edificação de grupos de moradias por industriais, sociedades construtoras e pelo Estado.

O presente artigo tem como objetivo investigar a ação do Estado e de Fábricas na produção de habitações para aluguel e/ou venda no Nordeste do Brasil, durante as décadas de 1930 e 1940. Mais especificadamente, visa investigar a produção pública e privada de moradias, comparando-as em termos quantitativos, em relação aos seus destinatários e no que se refere às características tipológicas e construtivas das unidades habitacionais quanto à forma, localização, programa e dimensão.

Cabe lembrar que não é intenção do trabalho esgotar todas as nuances desta análise comparativa, tarefa que seria impossível ser sintetizada em algumas páginas monográficas. Trata-se de apontar as características tipológicas e construtivas da construção habitacional erguida por empresas e Estado no período e compará-las. Tal tema revela-se, ainda pouco explorado pela historiografia brasileira. Vale também ressaltar que o levantamento da produção, tanto do Estado, quanto das fábricas na região Nordeste, encontra-se ainda em desenvolvimento pelas autoras.

A pesquisa que deu origem a este trabalho tomou como base os dados coletados em levantamentos de informações em fontes primárias – almanaques, jornais, biografias, arquivos de empresas, etc. – e em levantamentos de campo – por meio de fotografias, produção de croquis, entrevistas, etc. No tocante à produção estatal, merece destaque o levantamento realizado junto aos escritórios estaduais do INSS, junto aos processos de concessão de financiamento e/ou compra de moradias por parte dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), essencialmente, pelos Institutos dos Bancários, Industriários, Comerciais, Ferroviários e Servidores Públicos Estaduais e Municipais.

Tais levantamentos, se inserindo em um esforço de compreensão da história da moradia no Brasil, permitiram localizar os conjuntos, apreender suas características espaciais e conhecer aspectos de suas trajetórias. Acerca da produção privada foram pesquisados 30 conjuntos residenciais construídos por fábricas, enquanto com relação à ação pública também se analisa 30 conjuntos e vilas edificadas e/ou financiadas pelo Estado, por meio da atuação dos IAPs. Após sistematização do material, sua análise foi mediada por bibliografia sobre a produção pública e privada de moradias, a história da habitação, da arquitetura e do urbanismo, as trajetórias de empresários, a história de empresas e dos lugares – no campo ou em cidades – onde se instalaram.

## **2. A Produção de Habitações por Fábricas**

Embora no Brasil a prática de construção de casas para seus empregados por patrões remonte ao período colonial, foi a partir de década de 1880, com a expansão da grande indústria, que esta ação se difundiu a nível nacional e de forma relevante. Entre

1880 e 1950, esta prática se ampliou pela ação de usinas de açúcar, de empresas de mineração, de empresas ferroviárias, de charqueadas, de frigoríficos e, sobretudo, de fábricas – têxteis, de papel, de vidro, siderúrgicas, etc. Esse período corresponde ao apogeu da construção de vilas e núcleos fabris no Brasil, as quais surgiam e se expandiam - implantados em cidades ou áreas rurais - assumindo formas e tamanhos diversos.

Nas décadas de 1930 e 1940 houve uma significativa produção de moradias por fábricas – sobretudo têxteis – nos estados do Nordeste do Brasil. Destinadas aos empregados das empresas, estas moradias se localizavam junto às fábricas, em cidades ou em localidades no campo. Identificamos na região 14 conjuntos de casas que foram ampliados nas décadas de 1930 e 1940 e 16 conjuntos que foram construídos nessas duas décadas.

Entre os conjuntos pesquisados, grande parte teve sua construção estendida por várias décadas. À medida que a demanda de mão-de-obra da empresa ia crescendo, sua vila operária ia sendo ampliada. Assim, por exemplo, Fernão Velho, em Alagoas, se expandiu progressivamente ao longo de mais de cem anos, de meados do século XIX e meados do XX.

Um exemplo de vila operária erguida nas décadas de 1930 e 1940 foi a da Fábrica de Tecidos São José no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza. Trata-se de uma grande vila operária reunindo 247 habitações (casas e apartamentos), escola primária, restaurante, praça, escola de ofício, clube e campos de esportes (ANDRADE, 1990, 150). A Vila ocupa 15 quadras, dispostas de forma mais ou menos ortogonal. Os lotes e as moradias têm tamanhos e formas diversas. As habitações distribuem-se em blocos de moradias semelhantes. As casas têm uma ou duas salas, cozinha, banheiro, quintal e de um a três quartos. Os apartamentos ocupam duas quadras e destacam-se do conjunto. São 32 apartamentos, 16 no térreo e 16 em pavimento superior. Ao contrário das casas, são dotados de um pequeno jardim frontal. Dispõem de duas salas, dois quartos, cozinha, despensa, banheiro, área de serviço e dependências para empregadas.

Entre os 30 conjuntos de casas erguidos por empresas identificados no período em estudo, 20 se localizava em cidades e 10 em localidades rurais. Entre os últimos, dois – Paulista em Pernambuco e de Rio Tinto na Paraíba - cresceram de forma muito significativa e foram convertidos, já na década de 1920, em cidades.

O núcleo fabril de Paulista começou a ser erguido ainda no século XIX. Na primeira metade do XX, à medida que a fábrica crescia e aumentava sua demanda por mão-de-obra, expandia-se seu núcleo fabril. Durante as décadas de trinta e quarenta, ano a ano Paulista crescia. Em 1939 já eram 2980 moradias, ligadas a redes de abastecimento de água, energia elétrica e esgotos. Neste ano, das 22 escolas existentes na cidade, 14 pertenciam à fábrica. Na década de quarenta, a empresa continuou construindo casas: em 1941 foram erguidas 109 moradias; e no ano seguinte 175. Nesta expansão contínua, o núcleo fabril chegou a contar com cerca de seis mil casas. Estas casas eram alugadas a preços considerados módicos, fato frequentemente utilizado pelos patrões como justificativa para os baixos salários praticados. Além das fábricas têxteis e moradias operárias, Paulista possuía porto e ferrovia particulares, serviço próprio de abastecimento d'água e energia elétrica, igreja, parque, cinema, clínica, teatro, escolas, hospital, clube e campos de futebol.

Rio Tinto, cuja construção se estendeu de 1918 a 1948, também surpreende pelas dimensões que atingiu: com 2613 casas e uma população de aproximadamente 19 mil pessoas, era em 1948 a terceira maior cidade da Paraíba. Reunia, além das fábricas, porto, usina termelétrica, ferrovia privada, fábrica de tijolos, serraria, oficina mecânica,

fundição, escola, hospital, padaria, farmácia, clubes, cinema, armazém de consumo, escolas, alojamentos para solteiros e casas.

Em termos de programa, o dos conjuntos residenciais situados em cidades, geralmente é mais restrito. Alguns contam apenas com moradias. Um exemplo neste sentido são os 66 bangalôs construídos em 1941 para residência de seus funcionários pela empresa Grandes Moinhos do Brasil S.A., no Recife. Outro exemplo foi a pequena vila operária com oito casas foi criada em 1949, no bairro da Torre, na mesma cidade, pelo Cotonifício Capibaribe. Nos dois casos, as moradias eram destinadas a trabalhadores que se pretendia manter à disposição em tempo integral, como motoristas e responsáveis por serviços de manutenção.

Outras vilas operárias situadas em cidades incluem, além de casas, equipamentos como igreja, creche e posto médico. Um exemplo é a vila operária construída no bairro de Apipucos, no Recife, pela Othon Bezerra de Mello S.A. A construção da vila se estendeu pelas décadas de 1930 e 1940. Em 1941 havia 321 moradias e anunciava-se que a previsão era se atingir 521 casas. Em 1951, publicação do Serviço Social Contra o Mocambo indicava um total de 666 moradias construídas nesta vila. O empreendimento reuniu ainda escola, igreja, clube, cinema e posto médico e dentário.

Entre os núcleos fabris situados em localidades rurais um programa amplo era a regra. Costumam reunir todos os equipamentos julgados indispensáveis à reprodução operária: posto médico, creche, cinema, armazém de abastecimento, clube, área para esportes, escola e igreja.

Os situados em cidades costumam ter um número mais reduzido de casas, uma vez que parte dos empregados pode ser suprida com a oferta de casas existente. Entre as vilas em cidades pesquisadas, o número de casas varia de 8 a 670. Já nos núcleos fabris isolados, o número de moradias variou de pouco mais de cem a cerca de seis mil, como foi o caso de Paulista, em Pernambuco.

Era freqüente as vilas e núcleos terem grupos de casas de diferentes tamanhos e padrões, distribuídas entre os empregados conforme fatores diversos como o tamanho da família, o tempo de trabalho do empregado na fábrica ou sua posição na hierarquia fabril. A maioria das moradias tem pequenas dimensões e programa restrito ao básico: sala, dois quartos, cozinha, sanitário e quintal. Em parte das casas de uma vila ou núcleo este programa se amplia, seguindo uma diferenciação solidária com os critérios de hierarquia ou com necessidades específicas das famílias. Eventualmente, são acrescentados mais um ou dois quartos, mais uma sala, terraço e, no caso das moradias destinadas a funcionários em postos de chefia, também dependências para empregados domésticos, garagens, áreas de serviço, etc.

No que diz respeito às tipologias habitacionais, o modelo mais usual foi o das casas térreas em renque, dotadas de porta e uma ou duas janelas na fachada e desprovidas de recuo frontal. Em alguns casos um alpendre era acrescentado à fachada, enquanto em outros um pequeno jardim frontal era criado. Às vezes, recuos em uma das laterais são introduzidos e as casas surgem geminadas duas a duas. Outra tipologia que se difunde no período é a que era chamada na época de “bangalô”: casas térreas dotadas de terraço e jardim. Outra tipologia presente são as casas dispostas em pequenos blocos.

No que diz respeito à arquitetura destes conjuntos, uma marca das duas décadas tratadas é a expressiva presença de elementos vinculados ao vocabulário *Art déco*. O cenário arquitetônico das cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1940 se tornou mais complexo e diversificado. Ao lado dos exemplares da arquitetura do passado - casas coloniais, igrejas barrocas, construções neoclássicas e ecléticas - novas expressões arquitetônicas se difundem. No campo historicista, difunde-se o neocolonial que no

Brasil podia remeter à arquitetura colonial portuguesa, à da América espanhola ou recorria a referências múltiplas. No campo voltado à renovação da linguagem, que pode ser identificado como moderno surgiram exemplares vinculados ao Estilo Internacional de Arquitetura Moderna, ao lado de outras expressões vinculadas à linguagem *Art déco*. Em meio a esta diversidade na paisagem de cidades brasileiras - grandes ou pequenas -, nada marcou mais estas duas décadas que a arquitetura proposta pela iniciativa privada associada à linguagem *Art déco*. Em construções novas ou em fachadas reformadas, foi a expressão de modernização da arquitetura de maior alcance junto à população no período.

Seguindo esta tendência, as dezenas de vilas operárias e núcleos fabris erguidos por indústrias no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, atestam a difusão do gosto *Art déco* no país e sua grande aceitação naquele momento por parte de industriais, muitos dos quais o empregaram na construção de instalações fabris, de equipamentos de uso coletivo, de casas para seus operários e, em casos mais raros, de moradias para gerentes e para seu uso particular.

Na Paraíba, remete à estética *Art déco* uma construção erguida pela Companhia de Tecidos Paraibana, na cidade de Santa Rita, para abrigar a escola de sua vila operária. Este prédio, composto por um único bloco regular de geometria pura, sobre o qual se eleva outro volume simples dotado de um relógio, aproxima-se da linguagem do Estilo Internacional de Arquitetura Moderna. Nele o gosto *déco* é denunciado pelo ornato em relevo com desenho em Zig-Zag que percorre toda a platibanda nos dois volumes. O clube construído por esta fábrica em 1925 – com um frontão elevado e ornatos circulares – também denuncia levemente um viés *déco*.

As fachadas das casas da vila operária erguida pela Fábrica de Tecidos São José, em Fortaleza, adotam detalhes decorativos da linguagem *déco* em frontões com elementos geométricos escalonados. Em Natal, as casas da vila operária da Fábrica de Tecidos Jovino Barreto têm nas fachadas desenhos ornamentais geométricos de inspiração *Art déco*, os quais são dispostos de modo a enfatizar o escalonamento decorrente da implantação em terreno com forte declividade.

A igreja do núcleo fabril criado pela Fábrica da Passagem em Neópolis, Sergipe, remete ao gosto *déco*, com sua fachada marcada por um delicado escalonamento que culmina numa torre central. A composição das fachadas do cinema incorpora elementos do Neoclássico - platibanda, frontão e pilastras - adaptados à linguagem *déco*. Algumas das casas deste núcleo têm nas fachadas elementos ornamentais geométricos em alto relevo vinculados ao *Art déco*. Ainda em Sergipe, motivos de gosto *déco* – frontões escalonados, marquise, pilastras, sobreposição de planos de fachada e frisos e apliques geométricos em alto relevo - surgem em algumas casas e no clube da vila operária da Fábrica de Tecidos Santa Cruz, em Estância. Em Salvador, algumas casas da vila operária da Fábrica de Tecidos São Brás, com suas platibandas ornamentadas com motivos geométricos, remetem ao estilo.

Em Pernambuco, o vocabulário *Art déco* surge nas instalações da Fábrica Peixe em Pesqueira – com sua sucessão de frontões escalonados - e em alguns grupos de moradias no núcleo fabril de Paulista – com fachadas dotadas de ornatos de forma geométrica e tendo seus limites assinalados por pilastras de forma escalonada. Outra expressão da estética *déco* no estado é o clube construído na vila operária do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, no Recife, com fachada dotada de frontão cujo escalonamento é assinalado pela altura das pilastras, pela forma da platibanda, pelo desenho do letreiro em alto relevo e por vãos em forma hexagonal com grades cujo desenho se compõe de formas geométricas vazadas ou fechadas.

As construções que compõem a fábrica e a vila operária criada pela Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna, em Pernambuco, erguidas em 1937 e o final da década de 1940, compuseram o que foi provavelmente um dos mais notáveis conjuntos de gosto *déco* erguido por fábrica no Brasil. Este conjunto chama a atenção por sua unidade estilística e por algumas raras soluções arquitetônicas. Reunindo instalações fabris, uma extensa vila operária que atingiu 472 moradias, casas para funcionários especializados, equipamentos comunitários e a casa do proprietário, o conjunto erguido pela fábrica apresenta amplas dimensões e forte unidade formal. No conjunto fabril de Goiana o vocabulário *Art déco* surge simplificado, solidarizando-se com o utilitarismo fabril e com a busca de um efeito de unidade no conjunto. Seus temas se expressam em formas geometrizes, através do uso de colunas cilíndricas, de detalhes decorativos geométricos nas fachadas (frisos e marquises), de formas escalonadas (pilastras, frontões e detalhes nas platibandas), de paredes com superfícies curvas e de vãos circulares.

Uma tendência que se difunde, sobretudo, na década de 1940, são casas – dispostas isoladas, geminadas ou em blocos, destituídas de ornatos, cobertas com telhas cerâmicas francesas e dotadas de portas e janelas com vidros e venezianas. Embora simples, tais casas trazem para a moradia do trabalhador inovações importantes em termos de materiais e de forma, solidárias com preceitos higienistas e com as noções de eficiência e economia que regem o mundo fabril. Exemplos neste sentido são a Vila Iolanda e a Vila do Pombal, no Recife, e a Vila Poty, um núcleo fabril no município de Paulista.

A Fábrica Iolanda, instalada no bairro do Jequiá, iniciou em 1941 a construção de uma vila operária. Nesse ano foram construídas 24 casas e se previa a construção de mais trinta. A vila, entretanto, superou em muito esta previsão inicial. Em 1951, publicação do Serviço Social Contra o Mocambo indicava um total de 120 moradias construídas nesta vila. Posteriormente, novas moradias foram erguidas, totalizando cerca de 145 casas. A vila contava ainda com um clube. As moradias se dispunham em quadras com traçado mais ou menos ortogonal, em terreno situado ao lado da fábrica. Havia dez casas iguais dispostas duas a duas. Em foto do início dos anos quarenta, estas casas aparecem com seus telhados de quatro águas cobertos com telha francesa e seus jardins bem cuidados. Nas suas fachadas faixas em relevo no reboco eram ressaltadas pela pintura. As demais moradias compunham blocos, cujo número de casas variava de três a nove. As habitações maiores eram dotadas de terraço, sala, dois quartos, cozinha e sanitário; as de tamanho intermediário tinham sala, dois quartos, cozinha e sanitário; as menores contavam com sala, quarto, cozinha e sanitário. Todas tinham quintal e quase todas - exceto as menores - jardins. Eram moradias destituídas de ornatos, cujas fachadas além da porta e da janela – e do eventual terraço – incluíam pequenos vãos gradeados.

Criada pela Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, a Vila do Pombal foi construída durante as décadas de 1930 e 1940: em 1937 havia 8 casas habitadas e 56 em construção; em 1939 havia cem casas construídas; em 1941 eram 126 casas e em 1943 154 casas. Nos anos seguintes a vila se ampliaria, atingindo 347 casas em 1951. O aluguel era descontado no salário do funcionário, enquanto as despesas com luz, água e IPTU eram arcadas pela fábrica. A empresa criou ainda serviço médico, creche e escola e um clube de futebol. Suas habitações apresentavam grande diversidade em termos de tamanho, qualidade e forma. Havia bangalôs isolados, casas conjugadas duas a duas, casas em blocos e casas melhores de dois andares destinadas aos gerentes. As casas maiores situavam-se na Avenida Suassuna, junto às instalações fabris. Junto à fábrica havia ainda moradias térreas, cercadas de jardins, destinadas a operários qualificados,

bem como alguns blocos moradias em blocos. As casas isoladas eram dotadas de sala, terraço, três quartos, sanitário, cozinha, área de serviços e dependências para empregados. Na rua mais próxima à fábrica havia 28 casas, duas a duas, dotadas de sala, terraço, três quartos, cozinha e sanitário. As demais casas tinham apenas dois quartos e se dispunham em blocos de duas, cinco, sete e até 19 casas. Todas as casas tinham jardim. O tratamento formal das casas se simplificava à medida em que o tamanho delas diminuía e elas se afastavam geograficamente da fábrica. As demais moradias distribuíam-se por várias quadras de traçado ortogonal, em terreno situado entre o cemitério de Santo Amaro e vilas criadas pela Liga Social Contra o Mocambo. Eram moradias mais simples. Nas casas de três quartos, o movimento de telhado e o terraço revelavam vínculos com os chalés. Nas casas menores, os ornatos desapareciam: suas fachadas eram compostas por uma porta e uma janela, sobre as quais se dispunham pequenos vãos com elementos vazados. A presença destes elementos vazados está presente em toda a vila, assinalando preocupações higienistas com a ventilação dos interiores e a adequação das moradias ao clima tropical.

No Município de Paulista, a Vila Poty foi erguida na década de 1940 pela Companhia de Cimento Portland Poty do Grupo Votorantim. Este núcleo fabril contou com cerca de 150 casas, além de clube, cinema, igreja católica, escola, praça, refeitório e posto de saúde. O aluguel pago pelas casas era reduzido, enquanto a luz e água eram gratuitas, assim como os serviços prestados pela escola e pelo posto médico. Este núcleo fabril tem forma linear, se estendendo ao longo do caminho que dá acesso à fábrica. Em frente à fábrica há uma maior concentração de casas, surgindo uma segunda rua paralela ao caminho principal. Nessa área foi criada uma praça, tendo a igreja em uma das extremidades e o Poty Sport Club na outra. As casas eram dispostas duas a duas ou agrupadas em blocos de até treze moradias. Todas tinham um pequeno jardim e um quintal amplo. Suas plantas variavam, incluindo: terraço, sala, três quartos, cozinha e sanitário. As fachadas, despojadas de ornatos, movimentam-se na sucessão de cheios e vazios representadas pelas paredes lisas de alvenaria e pelos terraços.

### **3. A Produção de Habitações pelo Estado**

A atuação estatal no campo habitacional no país, por meio da concessão e/ou venda de unidades habitacionais se deu, sobremaneira, a partir da década de 1930 – bem depois de iniciada a produção privada de moradias pelas empresas –, com a criação de órgãos promotores e/ou financiadores, tais como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), a Fundação da Casa Popular (FCP), além do estabelecimento de parcerias do Estado com empresas e bancos internacionais, como a USAID e o Banco Mundial.

Merecem destaque nesse sentido os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que representam o início da atuação do Estado na produção direta de conjuntos habitacionais e financiamento de moradias para trabalhadores em grande escala no Brasil. Criados para diferentes carteiras profissionais a partir do ano de 1933 e abrangendo as duas gestões do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), os IAPs tinham como objetivo inicial, organizar o setor previdenciário do Brasil, garantir aposentadorias e pensões aos seus associados, bem como, propiciar pagamentos mensais àqueles em caso de doenças, incapacidade ou morte do chefe de família, assistência médica, investimentos em setores diversos, inclusive em obras públicas, além de assistência aos programas sociais governamentais, dentre eles, a construção e/ou aquisição de moradias.

Entre os anos de 1937 (quando foram criadas as suas carteiras profissionais e intensificada a atuação no campo habitacional) e de 1964 (quando as mesmas foram

extintas), os institutos edificaram aproximadamente 130.000 moradias em todo país, excluindo os apartamentos financiados para a classe média e alta. Tal número correspondia a mais de 4% do total de moradias urbanas ocupadas no país, em fins da década de 1950, de acordo com os dados censitários do IBGE. Os números relacionados à atuação desses órgãos na região Nordeste do país ainda não foram apresentados pela historiografia, mas os registros existentes indicam que foram aproximadamente 30.000 unidades habitacionais concedidas no período de atuação dos Institutos (FARAH, 1983).

Dentre os conjuntos edificados ou adquiridos pelos IAPs na região, entre as décadas de 1930 e 1940, foram identificados até o momento: 1 conjunto no Maranhão (326 unidades habitacionais); 2 conjuntos no Piauí (89 unidades habitacionais); 7 conjuntos no Ceará (360 unidades habitacionais); 17 conjuntos e/ou vilas no Rio Grande do Norte (aproximadamente 2.000 unidades habitacionais); 3 conjuntos na Paraíba (183 unidades habitacionais); 11 conjuntos em Pernambuco (1.076 unidades habitacionais); 2 conjuntos no Alagoas (41 unidades habitacionais); 4 conjuntos na Bahia (572 unidades habitacionais); e 1 conjunto no Sergipe (16 unidades habitacionais). No entanto, neste artigo somente serão considerados conjuntos edificados nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, um total de 30 grupos de moradias. Cabe lembrar, que além das unidades de propriedade dos IAPs, esses órgãos também realizaram o financiamento de alguns milhares de outros na região.

A primeira diferença que se vislumbra entre a produção de moradias pelo poder público e pelo setor privado nas décadas de 1930 e 1940 refere-se à quantidade, que no caso estatal foi mais significativa nesse período do que a privada. Dentre outros motivos para tamanha produção encontra-se a política de congelamento dos aluguéis instituída pelo Presidente Vargas, sobretudo, a partir de 1942, que ocasionou uma crise na construção civil e um conseqüente aumento do valor dos materiais de construção. A edificação de unidades habitacionais por fábricas também foi atingida nesse momento. Ao contrário da tendência no mercado privado de moradias da época, Vargas ampliou o limite para aplicação das Carteiras Prediais dos IAPs e criou a Comissão de Aplicação das Reservas da Previdência Social (CARPS) para efetuar o controle e fiscalização de suas ações.

Dos 30 grupos residenciais considerados nesse trabalho, 29 encontram-se situados em capitais e apenas 1 em municípios próximos a estas; trata-se da vila São Gonçalo, com 30 residências unifamiliares em alvenaria de tijolo, situada no município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Rio Grande do Norte. Ao contrário da produção privada a grande maioria dos conjuntos e vilas edificadas ou adquiridas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no Nordeste, encontram-se localizados nas capitais, principalmente, nas áreas consideradas de expansão e periféricas, como foi o caso do Conjunto Habitacional Nova Tirol, edificado pelo IAPC em Natal, entre os anos de 1942-1957 e o conjunto de edifícios com três pavimentos, edificados pelo IPASE, no bairro de Ilhotas, na região Centro-Sul da cidade de Teresina-PI, em fins da década de 1940. Ambos os conjuntos foram implantados em áreas de expansão, ocupando um quarteirão.

Essa conjuntura contribuiu significativamente para o crescimento territorial das capitais nordestinas e, num segundo plano, contribuiu para a desmistificação das habitações coletivas, como “atestados de pobreza” e, conseqüentemente, para a proliferação dos grandes conjuntos habitacionais no país, a partir de 1940. No entanto, em nenhum dos casos estudados um conjunto cresceu significativamente ao ponto de ser convertido em cidade, como ocorreu com o núcleo fabril de Rio Tinto, localizado na Paraíba. Uma das possíveis justificativas para tanto, remete ao fato que os IAPs

atuavam essencialmente nas capitais, nas quais, a ausência de grandes parcelas de terras vazias nas áreas centrais, exigidas para a edificação de grandes conjuntos residenciais bem como a especulação já vislumbrada na década de 1940, elevava consideravelmente o custo da terra.

A maior parte dos grupos de moradias trabalhados foi edificada utilizando-se dos fundos dos Institutos em um curto espaço de tempo. Isso se deu devido ao interesse dos IAPs e, conseqüentemente, do Estado em reaver o mais rápido possível o valor investido, assim como, dar respostas imediatas às reivindicações dos trabalhadores. Os conjuntos e vilas de propriedade dos Institutos possuíam o número de unidades habitacionais pré-definidas e, em apenas dois dos casos estudados, esse número foi ampliado devido à demanda, como procediam as fábricas: no Conjunto Henrique Eboli (CAPESP-1948), edificado no bairro do Alecrim, em Natal-RN; e o grupo de moradias isoladas, edificadas no Bairro São Cristóvão, zona leste de Teresina-PI, em 1945.

Semelhante ao que ocorreu no setor privado, as moradias de propriedade dos institutos eram freqüentemente alugadas aos associados de suas Carteiras Prediais, como meio de controle da mão-de-obra, para manter os salários estáveis e ainda, como forma de conservação do patrimônio edificado dos Institutos e de perpetuação do prazo para a amortização das dívidas dos trabalhadores. A partir da década de 1940 a política de aluguel instituída pelos IAPs passou a se configurar não mais como rentável e, vislumbrou-se um significativo aumento dos contratos de compra e venda de imóveis, bem como um aumento do número de unidades construídas por esses órgãos, devido ao aumento do limite de crédito a ser investido no campo habitacional e da política de Bem Estar Social, que ganhou força no Pós-Segunda Guerra.

Ao contrário do vislumbrado na atuação privada, os grupos de moradias edificados pelos Institutos não apresentavam uma hierarquização em decorrência do cargo ocupado pelos solicitantes ou das necessidades das famílias assistidas. Para as classes mais abastadas e para os empregados com cargos mais altos geralmente eram concedidos financiamentos para construção de moradias isoladas, em terrenos de propriedade dos associados. Estas moradias chegavam a possuir mais de 500m<sup>2</sup>, configurando-se como verdadeiras mansões e se enquadrando na vertente atuarial da atuação dos IAPs.

Os programas e a quantidade de moradias concedidas pelo poder público, situadas na área rural ou urbana, pelo que se observou, pouco diferem. Mormente eram moradias térreas conformadas por sala, cozinha, banheiro e um ou dois quartos. Em alguns casos, possuíam copa e cozinha conjugada e área de serviço. Nos casos estudados, a área construída variou entre 25 e 60m<sup>2</sup>. Em número, esses grupos de moradias variavam entre 5 e 1.000 unidades habitacionais. Diferentemente do constatado no âmbito privado, grande parte desses grupos não costumava prever equipamentos coletivos, sendo desprovidos em diversos casos inclusive de infraestrutura básica. Como foi o caso da Vila Gomes (IAPI-1947), em Natal-RN, a qual estava situada numa área periférica e não saneada da cidade. As águas servidas eram lançadas no quintal e escoavam para a rua. Apenas as águas das bacias sanitárias eram direcionadas à fossa séptica. Não havia pia, chuveiro ou lavatório nas residências, e a água consumida advinha de um chafariz instalado pela prefeitura em terreno vizinho. A área comum da vila não era calçada, o que causava uma série de transtornos aos seus moradores em épocas chuvosas. As instalações elétricas eram aparentes e a ventilação e a iluminação insuficientes; um dos quartos não apresentava inclusive abertura para o exterior.

De modo geral, na produção habitacional estatal, por meio dos processos concedidos pelos IAPs, evidenciam-se soluções tradicionais, ao lado de



empreendimentos com inovações arquitetônicas e urbanísticas. Há projetos que simplificaram processos construtivos com a incorporação de tecnologias inovadoras e eliminação de ornamentos, com a uniformização de unidades e blocos e a racionalização do traçado urbanístico segundo os preceitos dos CIAMs, como: o Edifício Monte Serrat (IAPI) e o Antônio Balbino (IAPC), ambos em Salvador-BA. Vislumbram-se novas tipologias como blocos de habitação coletiva e unidades de habitação, como o edifício Presidente João Pessoa (IAPB-1945), o “18 andares”, em João Pessoa-PB, cujos primeiros pavimentos eram utilizados para serviços institucionais e os demais para moradia. Havia ainda propostas urbanísticas associadas ao modelo de cidade-jardim.

Diversos dos projetos em muito se aproximam das experiências realizadas nos países europeus, em especial as sociais-democracias que floresceram entre as duas Guerras, e das propostas geradas e difundidas no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). Concomitantemente são evidenciadas habitações que adotavam outras soluções, tais como o modelo de casa unifamiliar em lotes dotados de jardim – tributário de concepções higienistas – bem como, modelos e técnicas associadas à arquitetura colonial brasileira – como as casas de porta-e-janela dispostas em fila (Vilas Ferroviárias e dos Marítimos em Cabedelo-PB, e as Vilas Seabra, IAPI-1949, e São João, IAPI-1948, em Natal-RN) e construções em taipa, conforme constatado em pesquisa sobre o caso de Natal-RN no âmbito, sobretudo, dos IAP dos Industriários.

Observou-se também, grupos habitacionais semelhantes às vilas construídas nos primeiros anos do século XX, conformadas por moradias geminadas (duas a duas ou em fila) distribuídas ao longo de um corredor ou pátio, com cômodos sem iluminação ou ventilação adequadas, interligados entre si e por grandes circulações (corredores), possuindo latrinas no quintal.

No tocante ao volume da produção de unidades habitacionais, o modelo tradicional de moradia do tipo “meia-morada” ou “porta-e-janela”, isolada no centro do lote e com jardim frontal e quintal espaçoso, foi a solução mais empregada pelos IAPs no Nordeste. Isso provavelmente ocorreu, dentre outras questões, devido ao fato de que o processo de urbanização associado à industrialização no Nordeste foi mais tardio que o ocorrido no Centro-Sul do país, o que possibilitou que um maior número espaços livres, com grandes dimensões e localizados em diversas áreas das cidades nordestinas fosse adquirido pelos IAPs.

A diversidade de referências aos estilos arquitetônicos, sobretudo no que se diz respeito às fachadas das residências e dos blocos de apartamentos estudados, é muito maior no caso dos conjuntos e vilas disponibilizadas e/ou viabilizadas pelo Estado. São facilmente observadas construções que remetiam em planta e fachada à arquitetura urbana do período colonial e do século XIX, fazendo menções às residências típicas ao Georgiano (predominância da forma volumétrica trapezoidal simétrica, utilização de revestimentos em tons pastéis, grandes janelas palacianas, pés direitos altos e portas destacadas por pórticos e colunas); ao Neoclássico (utilização de frontões triangulares, estuques e referências ao vocabulário clássico); à estética fabril (pouca ornamentação, formas simples, materiais naturais, essencialmente a madeira); ao Art Nouveau (do início do século XX, com utilização de novos materiais, sobretudo o ferro e o vidro, linhas sinuosas e formas orgânicas); ao Art Decó (linhas retas, volumes simples e aerodinâmicos); ao Missões (inspirado na arquitetura colonial hispânico-americana difundida pelo cinema hollywoodiano a partir da década de 1930 no Brasil, que se caracteriza pela utilização de uma diversidade de materiais, principalmente a pedra – muros e fachadas – e o ferro – esquadrias e gradis, bem como pela utilização do gesso pintado para dar textura às paredes). A diversidade de referências passa ainda pelo

Eclético, Neocolonial, fazendo inclusive menções aos bangalôs, populares na América do Norte e caracterizados por edificações térreas, com varandas na entrada principal e telhado em duas águas furtadas; chegando à sobriedade moderna das linhas retas e volumes simples.

Em se tratando da apropriação dos preceitos da arquitetura e do urbanismo modernos pelos IAPs em suas realizações no campo habitacional, acredita-se que essa não se deu de forma tão significativa como verificado pelo IAP dos Industriários de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, por exemplo. A construção de exemplares da arquitetura e implantação que remetam à Arquitetura e ao Urbanismo Moderno ocorreu mais nas Carteiras Prediais cujas reservas orçamentárias apresentaram maiores volumes, como no IAP dos Bancários e no IAP dos Servidores Públicos. Mesmo assim, essa produção ficou muito mais a cargo dos próprios beneficiados, por meio da auto-construção ou da construção independente (profissionais contratados pelos associados), que diretamente pelos Institutos e seu corpo técnico. Isto é, as diretrizes da arquitetura e do urbanismo moderno estavam muito mais presentes nas unidades habitacionais resultantes dos financiamentos para a construção, que naqueles frutos dos financiamentos liberados para a compra e/ou aluguel de residências construídas ou adquiridas pelos institutos.

De acordo com os jornais em circulação no período, havia por parte dos profissionais dos IAPs e de setores das elites, o estigma de que a arquitetura moderna era deveras cara para atender às necessidades das camadas carentes, além de requerer mão-de-obra especializada, o que em muito encarecia a obra. Por esse motivo, provavelmente, grande parte das residências modernas encontradas foi financiada e/ou edificada pelos Institutos cujas reservas imobiliárias eram as mais vultosas. E, mesmo assim, essa apropriação foi vislumbrada essencialmente nas fachadas, enquanto as plantas das residências seguiam o padrão tradicional.

#### **4. Considerações finais**

Nas décadas de 1930 e 1940, vislumbrou-se uma significativa produção de moradias por fábricas – sobretudo têxteis – e pelo Estado nos estados da região Nordeste do Brasil. Destinadas aos empregados de empresas, aquelas moradias se localizavam junto às fábricas em cidades ou em localidades isoladas. Em se tratando da atuação do poder público no campo de provimento de moradia, representada neste artigo pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) como agentes promotores e/ou financiadores, as unidades habitacionais concedidas eram direcionadas apenas aos trabalhadores com carteira assinada, associados e contribuintes das Carteiras Prediais e suas categorias trabalhistas, como bancários, industriários, comerciários, dentre outros.

Entre os 30 conjuntos de casas erguidos por empresas identificados no período em estudo, 20 se localizava em cidades e 10 em localidades rurais. Dos 30 grupos de habitações construídas ou adquiridas e financiadas pelo Estado, enfocadas neste trabalho, 29 encontram-se situados em capitais e apenas 1 em municípios próximos.

Em termos de programa, o dos conjuntos criados por fábricas situados em cidades, geralmente é mais restrito, restringindo-se a moradias ou acrescentando eventualmente equipamentos como igreja e/ou creche, e/ou escola e/ou posto médico. Já os situados em localidades rurais costumam reunir todos os equipamentos julgados indispensáveis à reprodução operária: posto médico, creche, cinema, armazém de abastecimento, clube, área para esportes, escola e igreja. Os situados em cidades costumam ter um número mais reduzido de casas, uma vez que parte dos empregados pode ser suprida com a oferta de casas existente. Seu número de casas varia de 8 a 600. Já nos núcleos fabris isolados, o número de moradias variou de pouco mais de cem a

cerca de seis mil. Frequentemente, vilas e núcleos apresentavam grupos de casas de diferentes tamanhos e padrões, distribuídas entre os empregados conforme fatores diversos como o tamanho da família, o tempo de trabalho do empregado na fábrica ou sua posição na hierarquia fabril. A maioria das moradias tem programa restrito ao básico: sala, dois quartos, cozinha, sanitário e quintal. Em parte das casas de uma vila ou núcleo este programa se amplia, seguindo uma diferenciação solidária com os critérios de hierarquia ou com necessidades específicas das famílias. No que diz respeito às tipologias habitacionais, o modelo mais usual foi o das casas térreas em renque, dotadas de porta e uma ou duas janelas na fachada e desprovidas de recuo frontal, e as casas geminadas duas a duas ou dispostas em pequenos blocos.

No caso do Estado, todos os conjuntos estão situados em cidades e a localização pouco interfere no programas e quantidade de casas. Geralmente eram moradias térreas conformadas por sala, cozinha, banheiro e um ou dois quartos. Em alguns casos possuíam copa e cozinha conjugada e área de serviço. Em área, variavam entre 25 e 60m<sup>2</sup>. Isso se deu pelo fato das moradias seguirem certo padrão de construção e de dimensionamento estipulado, aplicado em grande parte da produção em todo o país. As casas eram em sua quase totalidade do tipo unifamiliar e isoladas no lote, com jardim frontal e grande quintal. Eram edificadas em alvenaria de tijolo, com cobertura em telha colonial em duas águas, do tipo chulé porta e janela, não apresentando grandes variações quanto às fachadas, nem grandes inovações acerca da tipologia e aspectos construtivos. Observou-se também, grupos habitacionais semelhantes às vilas construídas nos primeiros anos do século XX, conformadas por moradias geminadas (duas a duas ou em fila) distribuídas ao longo de um corredor ou pátio, com cômodos quase sempre sem iluminação ou ventilação adequadas, interligados entre si e por grandes circulações (corredores), possuindo latrinas no quintal.

Em número, os grupos de moradias concebidas pelo Estado no Nordeste variavam entre 5 e 1.000 unidades habitacionais. Diferentemente do constatado no âmbito privado, grande parte dessas vilas e conjuntos não costumavam prever equipamentos coletivos, sendo desprovidos em diversos casos inclusive de infraestrutura básica. No tocante à diversidade tipológica dos conjuntos, poucos foram os grupos tidos como mistos.

Entre os conjuntos criados por fábricas pesquisados, a maioria teve sua construção estendida por várias décadas. Na medida em que a demanda de mão-de-obra da empresa ia crescendo sua vila operária ia sendo estendida. A mesma morosidade construtiva foi percebida no âmbito estatal. No entanto, ela se dava devido à forma de execução projetual, que se dava por meio de fases pré-estabelecidas e visava atender uma população limitada previamente. Alguns grupos chegaram a apresentar mais de cinco fases distintas, edificadas ao longo de mais de uma década.

No que diz respeito à arquitetura dos conjuntos construídos por fábricas, uma marca das duas décadas tratadas é a expressiva presença de elementos vinculados ao vocabulário *Art déco*. Tal vocabulário surge simplificado, solidarizando-se com o utilitarismo fabril e com a economia de meios. Seus temas se expressam, sobretudo, em formas geometrizaras, por meio do uso de detalhes decorativos geométricos nas fachadas (frisos, marquises e desenhos em relevo) e de formas escalonadas (frontões e detalhes nas platibandas). No caso dos conjuntos e vilas edificadas e/ou financiadas pelo poder público, a diversidade de estilos arquitetônicos é bem maior. Foram observadas tanto construções que remetiam em planta e fachada ao modelo difundido no período colonial, quanto à sobriedade moderna das linhas retas e volumes simples; passando por referências ao *Art déco*, Missões, *Art Nouveau*, Eclético e Neocolonial.

Cabe lembrar também que diversos foram os casos de grupos de moradias construídos pelo poder público em parcerias com o setor privado. Nesse sentido, destaca-se a parceria estabelecida por meio do decreto nº.1624, de 1923, entre o governo do estado de Pernambuco e a empresa L. & U. Borba, para substituir os mocambos que se multiplicavam no Recife (LIRA, 2002); a parceria entre o governo municipal de Natal e a empresa Promotora da Casa Própria para a edificação de moradias higiênicas, em 1935 (A PROMOTORA..., 08/11/1935, p.02), dentre outros. No entanto, a grande maioria dos investimentos privados no século XIX e nas primeiras décadas do século XX não vingou devido, principalmente, à concorrência estabelecida pelos proprietários/construtores de cortiços e casas de aluguel.

Este quadro sintetizado atesta o amplo esforço realizado por patrões e pelo Estado no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940, no sentido da reforma da moradia do trabalhador, bem como a diversidade da produção habitacional gerada.

### **Bibliografia e Fontes**

A CIA. Alagoana de Fiação e Tecidos um dos maiores sectores de trabalho, onde a obra social representa a mais legitima aspiração por parte da sua direcção. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.12. Recife, novembro de 1938.

A CIA. Valença Industrial. **Cidade Mauricéa**. Ano III, N.16. Recife, março de 1940.

A FABRICA de Morenos, pela sua Organização Modelo e pela Assistencia Efficaz que Presta aos seus: A marca symbolica da maior industria do norte do Brasil em tecidos de sêda. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.6, Recife, junho de 1937.

ALMEIDA, Caliane C. Oliveira de. **Habitação Social: origem e produção** (Natal, 1889-1964). Dissertação de Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. São Carlos: Universidade de São Paulo (ESSC-USP), 2007.

\_\_\_\_\_. **A produção de habitação social e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs): Nordeste (1930-1964)**. Projeto de Pesquisa de Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo apresentado à Fapesp. São Carlos: Universidade de São Paulo (EESC-USP), 2007.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde moram os operários... vilas operárias em Fortaleza: 1920-1945**. Salvador, FAU-MAU, 1990. Dissertação de Mestrado.

A PROMOTORA da casa própria. **A República**, Natal, 08 nov.1935. n.1453, p.02.

COMPANHIA de Tecidos Paulista. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.

COMPANHIA Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.

COMPANHIA Fiação e Tecidos. **Verde, Revista de Atualidades**, Ano I, N.3. Recife, 1932.

COMPANHIA União Mercantil. **Cidade Mauricéa**, Ano III, N 17, Recife, setembro de 1940.

CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip. O Mundo urbano das Casas Pernambucanas - as cidades empresariais de Paulista e Rio Tinto. In: **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, V. I, Rio de Janeiro, PROURB-FAU-UFRJ, 1996. pp. 390-403.

COTONIFICIO José Rufino & Cia. Ltda. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.

COTONIFICIO Othon Bezerra de Mello, S.A. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.

ESCADA, o Município de Duas Vidas. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.

EXPRESSÃO Industrial do Nordeste. **Septentrião**, Ano I, N.I. Recife, set. 1938.

FARAH, Marta Ferreira. Estado e habitação no Brasil: o caso do Instituto da Previdência, in: **Espaço e Debates**, n.16, ano V, p.73-82.

\_\_\_\_\_. **Estado, previdência social e habitação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1983.

GUIA SOCIAL DO RECIFE. Recife, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, Julho de 1939 a Julho de 1942**. Recife, Imprensa Oficial, 1942. p. 9.

INSS. Processos de concessão de financiamentos e de compra e venda de imóveis pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Nordeste: 1930-1940 (levantamento de material).

LIRA, José Tavares C. de. **Modernidade e economia de morar no Recife (1930-1964)**. In: SAMPAIO, Ruth Amaral de. A promoção privada de habitação econômica e a Arquitetura Moderna. São Paulo: Rima, 2002.

PANET, Amélia (org.). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa, UNIPÊ Editora, 2002.

RECIFE Industrial, **Roccas**, Ano 1, N. 1, Recife, dez. 1938, p.16 e 17.

**RELATÓRIO DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO, JULHO DE 1939 A JULHO DE 1942**. Recife, Imprensa Oficial, 1942.

**REVISTA DA CIDADE**. Ano 3, N.115, Recife, 1928.

**SERVIÇO SOCIAL CONTRA O MOCAMBO – VILAS POPULARES PELOS BAIROS**. Recife, SSCM, 1951.

TECELAGEM de Sêda e Algodão de Pernambuco, S.A. **Cidade Mauricéa**. Ano II, N.15. Recife, julho de 1939.